

AVANÇASP



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE
DA SERRA

CONCURSO PÚBLICO
01/2024

PROCURADOR JURÍDICO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;

d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA
TEXTO

Leia o texto para responder às questões de 1 a 5.

Timidez

Sou um tímido veterano e posso dar conselhos aos que estão recém descobrindo o martírio de enfrentar esse terror, os outros, e a obrigação de se fazer ouvir, ter amigos, namorar, procriar e, enfim, viver, quando preferia ficar quieto em casa. Ou, de preferência, no útero.

Algumas coisas não funcionam. Já tentei várias maneiras de conviver com minha timidez e nenhuma deu certo. Decorar frases, por exemplo. Já fui com uma frase pronta para impressionar a menina e na hora saiu “Teus verdes são como dois olhos, lagoa”. Também resista à tentação de assumir um ar superior e dar a impressão de que você não é tímido, é misterioso.

Eu sou do tempo em que se usava chaveiro com correntinha (além de tope e topete, tope de gravata enorme e topete duro de Gumex) e ficava girando a correntinha no dedo, enquanto examinava as garotas na saída das matinês (eu sou do tempo das saídas de matinês). Um dia uma garota veio falar comigo, ou ver de perto o que mantinha meu topete em pé, foi atingida pela hélice da correntinha e saiu furiosa. Melhor, porque eu não tinha nenhuma fala pronta, o que dirá misteriosa, que correspondesse à pose.

Evite manobras calhordas, como identificar alguém tão tímido quanto você no grupo e quando, por sacanagem, lhe passarem a palavra, passar a palavra imediatamente para ele. O mínimo que um tímido espera de outro é solidariedade. E não há momento mais temido na vida de um tímido do que quando lhe passam a palavra.

Tente se convencer de que você não é o alvo de todos os olhares e de todas as expectativas de vexame quando entra em qualquer recinto. Porque, no fundo, a timidez é uma forma extrema de vaidade, pois é a certeza de que, onde o tímido estiver, ele é o centro das atenções, o que torna quase inevitável que errará a cadeira e sentará no chão, ou no colo da anfitriã.

Convença-se, o mundo não está só esperando para ver qual é a próxima que você vai aprontar. E mire-se no meu exemplo. Depois que aposentei a correntinha e (suspiro) perdi o topete, namorei, casei, procriei, fiz amigos, vivi e hoje até faço palestras, ou coisas parecidas. Mesmo com o secreto e permanente desejo, é verdade, de não estar ali, mas quieto em casa.

VERISSIMO, L. F. *Verissimo antológico: meio século de crônicas, ou coisa parecida*. São Paulo: Objetiva, 2020.

QUESTÃO 01

Além dos relatos de experiências com sua timidez, o narrador fornece diversos conselhos, com verbos no modo imperativo, que conferem ao texto caráter:

- (A) narrativo.
- (B) descritivo.
- (C) dissertativo.
- (D) expositivo.
- (E) injuntivo.

QUESTÃO 02

Em relação à sentença anterior, a frase “Mesmo com o secreto e permanente desejo, é verdade, de não estar ali, mas quieto em casa.” exprime um sentido:

- (A) comparativo.
- (B) adversativo.
- (C) condicional.
- (D) concessivo.
- (E) causal.

Considere o excerto a seguir para responder às questões de 3 a 5:

Evite manobras calhordas, como identificar alguém tão tímido quanto você no grupo e quando, por sacanagem, lhe passarem a palavra, passar a palavra imediatamente para ele.

QUESTÃO 03

A palavra “calhordas”, que ocorre no excerto indicado, exprime o mesmo sentido que:

- (A) difíceis.
- (B) mirabolantes.
- (C) desprezíveis.
- (D) complexas.
- (E) inteligentes.

QUESTÃO 04

O papel sintático desempenhado pelo pronome “ele”, empregado ao final do excerto indicado, permite classificá-lo gramaticalmente como:

- (A) pronome pessoal do caso reto.
- (B) pronome pessoal oblíquo átono.
- (C) pronome pessoal oblíquo tônico.
- (D) pronome relativo.
- (E) pronome possessivo.

QUESTÃO 05

O sentido e a regência do verbo “passar”, empregado em “(...) passar a palavra imediatamente para ele.”, permitem, além do uso da preposição “para”, o emprego da preposição de valor equivalente:

- (A) de.
- (B) a.
- (C) com.
- (D) por.
- (E) sob.

QUESTÃO 06

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa em que a palavra em destaque é sinônimo da respectiva palavra entre parênteses posta ao fim da sentença.

- (A) O **esmorecimento** de Maria foi presenciado por todos que ali estavam. (*desfalecimento*)
- (B) As provas do crime estão no mais **recôndito** lugar do bosque. (*aparente*)
- (C) Ninguém suportava visitar aquele lugar, de tão **fétido** que era. (*inolente*)
- (D) Seus hábitos são muito **salutíferos**. (*insalubres*)
- (E) Demonstrava uma conduta **zelosa** no trânsito. (*negligente*)

QUESTÃO 07

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa em que **não** ocorre desvio ortográfico.

- (A) Suporta-lo-ia se fosse treinado para isso.
- (B) Trouxe o carro para que eu pudesse abastece-lo.
- (C) Devia uma tarefa e não foi capaz de conclui-la a tempo.
- (D) Era preciso adverti-la para não entrar no lago.
- (E) Negociá-lo-íamos, quando tivéssemos o aval do empresário.

QUESTÃO 08

Analise as palavras a seguir e assinale a alternativa em que o emprego do hífen está incorreto.

- (A) dente-de-leão.
- (B) marca-d'água.
- (C) arco-da-velha.
- (D) cor-de-rosa.
- (E) faz-de-conta.

QUESTÃO 09

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa em que a colocação pronominal está incorreta.

- (A) Eles negar-te-ão tudo aquilo que perguntar.
- (B) Ana lhe estava falando a respeito dos trabalhos da faculdade.
- (C) Há de acostumar-se com essa situação.
- (D) Os familiares sempre tratavam-na bem.
- (E) Quanto dinheiro lhe devo?

QUESTÃO 10

Analise os pares de palavras indicados a seguir. Assinale a alternativa em que se verificam parônimos.

- (A) flor – pétala.
- (B) emergir – imergir.
- (C) embevecido – extasiado.
- (D) cálido – álgido.
- (E) polêmico – sistêmico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Acerca do instituto constitucional da Intervenção, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a União tem competência para intervir nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, para a hipótese de deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- (B) a União tem competência para intervir nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, para a hipótese de não ter sido aplicado o mínimo exigido da receita estadual, distrital ou municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- (C) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação é fundamento bastante para a intervenção de Estado em Município situado em seu território.
- (D) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior é fundamento bastante para a intervenção da União em Estado.
- (E) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de dez dias.

QUESTÃO 12

Estabelece a Constituição Federal, expressamente, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante elaboração de parecer prévio que deverá ser emitido após autorização pelo Congresso Nacional.
- (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (C) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário, independentemente de autorização pelo Congresso Nacional.
- (E) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

QUESTÃO 13

“Previsto no art. 5º, LXXI, da CF, revela-se como nova garantia conferida constitucionalmente com o objetivo de munir o indivíduo de meios adequados para o exercício de seus direitos”.

“Conceder-se-á _____ sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.”.

Considerando a primeira citação que alude a um dos remédios constitucionais, bem como a segunda citação retirada do texto constitucional referente ao mesmo remédio, assinale a alternativa que corretamente complete a lacuna da segunda citação.

- (A) Habeas corpus.
- (B) Habeas data.
- (C) Mandado de injunção.
- (D) Mandado de segurança.
- (E) Ação popular.

QUESTÃO 14

Legislar sobre o direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, de acordo com os termos expressos da Constituição Federal, compete:

- (A) Privativamente à União.
- (B) Aos Estados e à União, concorrentemente.
- (C) Privativamente aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) Aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- (E) Concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

QUESTÃO 15

O Congresso Nacional e as suas respectivas Casas se reúnem anualmente para a atividade legislativa. Assinale a alternativa correta, considerando o tema das reuniões.

- (A) Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (B) Sendo um mandato de 2 anos, é permitida a recondução dos Membros da Mesa para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (C) A sessão legislativa poderá ser interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, não serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação, por incongruência de matéria.
- (E) É vedada a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente do Senado Federal, mesmo em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal.

QUESTÃO 16

De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República poderá ficar suspenso de suas funções em determinados casos. Considerando este tema e o que prevê a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, mesmo quando não recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) O Presidente ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade antes da instauração do processo pelo Senado Federal, por medida de segurança.
- (C) Ainda que não sobrevenha sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República estará sujeito a prisão, por medida de segurança.
- (D) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- (E) Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei Federal n.º 8.987/1995, NÃO está dentre as condições que caracterizam o serviço público concedido adequado ao pleno atendimento dos usuários:

- (A) não sujeição à greve.
- (B) regularidade.
- (C) atualidade.
- (D) generalidade.
- (E) cortesia na sua prestação.

QUESTÃO 18

Considerando as disposições expressas acerca dos Direitos Políticos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandato eletivo é incontestável e soberano.
- (B) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de vinte dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da posse do cargo, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) O mandato eletivo deverá ser impugnado ante o Congresso Nacional no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

QUESTÃO 19

“Regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto”.

Conforme a Lei Federal n.º 14.133/2021, a assertiva acima indica a forma de contratação denominada:

- (A) contratação por tarefa.
- (B) empreitada integral.
- (C) empreitada por preço global.
- (D) contratação integrada.
- (E) contratação semi-integrada.

QUESTÃO 20

Acerca do planejamento nas compras estatais, é CORRETO afirmar, à luz da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- (A) a responsabilidade civil do agente de contratação é princípio expresso do planejamento de compras.
- (B) deverá atender, dentre outros, aos princípios da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, e do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- (C) na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados a economicidade e parâmetros de qualidade, sendo vedada a consideração das peculiaridades do mercado local.
- (D) o parcelamento não será adotado quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a diversos fornecedores.
- (E) a especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica são cláusulas obrigatórias no Documento de Formalização de Demanda e não no Termo de Referência.

QUESTÃO 21

O Município de Alfa pretende instaurar licitação visando à contratação de obra de engenharia de razoável complexidade e com elementos obreiros não padronizados, estimada em R\$ 1.499.999,00, sob o critério de julgamento do menor preço. Neste caso, deve ser adotada a modalidade licitatória:

- (A) da concorrência.
- (B) da tomada de preços.
- (C) do chamamento público.
- (D) do pregão.
- (E) da pré-qualificação.

QUESTÃO 22

Acerca da contratação de serviços relativos à área de competência legal do órgão ou da entidade pública, assinale a alternativa CORRETA, à luz da disciplina contida na Lei Federal n.º 14.133/2021.

(A) é vedada a contratação de serviços instrumentais aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

(B) é permitida a contratação de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, sendo possível definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso de salários pagos.

(C) é permitida a contratação de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, sendo vedado prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

(D) é permitida a contratação de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, sendo possível a indicação, por parte do órgão público, de pessoas idôneas, de reputação ético-profissional inquestionável e expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado.

(E) é permitida a contratação de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedada, em qualquer caso, a contratação de mais de uma empresa para executar o mesmo serviço de forma concorrente e simultânea.

QUESTÃO 23

Considerando a Lei n.º 8.492/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

(A) Tendo a ação para aplicação das sanções em virtude da prática de atos de improbidade sido ajuizada pelo Ministério Público não haverá a possibilidade de solução consensual no curso do processo, pois este processo judicial não se compatibiliza com a consensualidade.

(B) Tendo a ação para aplicação das sanções em virtude da prática de atos de improbidade sido ajuizada pelo Ministério Público, da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação, não caberá agravo de instrumento, por incompatibilidade de procedimento.

(C) Tendo a ação para aplicação das sanções em virtude da prática de atos de improbidade sido ajuizada pelo Ministério Público, havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

(D) Tendo a ação para aplicação das sanções em virtude da prática de atos de improbidade sido ajuizada pelo Ministério Público, havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

(E) A ação para aplicação das sanções em virtude da prática de atos de improbidade proposta pelo Ministério Público deve ser proposta perante o foro do local do domicílio do Réu.

QUESTÃO 24

“A _____ consiste no melhor aproveitamento dos recursos estatais, tomando em vista o atingimento mais satisfatório dos fins buscados. Esse princípio visa a potencializar a relação custo-benefício entre resultados e desembolsos. A eficácia reside na aptidão de a solução concebida atingir o resultado pretendido, aproximando-se a um conceito de adequação.

A economicidade envolve a avaliação da _____ patrimonial de uma solução, em comparação com outras alternativas possíveis. A efetividade se relaciona com a realização concreta das finalidades buscadas no tocante ao aproveitamento dos recursos disponíveis.”.

Considerando os princípios da licitação e a transcrição acima, assinale a alternativa que preenche ambas as lacunas respectivamente, lacunas estas que são distintos princípios da licitação.

- (A) eficiência / moralidade.
- (B) vantajosidade / eficiência.
- (C) eficiência / vantajosidade.
- (D) eficiência / probidade.
- (E) vantajosidade / transparência.

QUESTÃO 25

Considerando as disposições expressas no Decreto Federal n.º 6.017 de 2007 e para os seus fins, o pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles, significa:

- (A) consórcio público.
- (B) convênio de cooperação entre entes federados.
- (C) gestão associada de serviços públicos.
- (D) contrato de rateio.
- (E) termo de parceria.

QUESTÃO 26

“Utiliza-se a expressão _____ para indicar essa ampliação do número de órgãos públicos, com a repartição e dissociação de competências. (...) Por um lado, há a ampliação quantitativa do número de titulares das competências. Por outro, há uma especialização de competências relativamente a cada órgão existente. Ou seja, não existe uma multiplicação de órgãos com competência idêntica e homogênea. Há uma especialização de funções.”.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito daquilo que se definiu, considerando o quanto descrito pela citação e o poder e a competência da Administração Pública.

- (A) Centralização.
- (B) Desconcentração.
- (C) Descentralização.
- (D) Competência vinculada.
- (E) Setorização.

QUESTÃO 27

O gestor do Município Alfa pretende a promoção de políticas públicas relativas à valorização do serviço público municipal. Ocorre, porém, que o Município está com 56% (cinquenta e seis por cento) de sua receita corrente líquida planejadamente comprometida com despesas do pessoal do Executivo. Diante disso:

- (A) o Poder Executivo ultrapassou o limite da despesa com pessoal, que é de 54% da receita corrente líquida do Município.
- (B) o Poder Executivo está no limite da despesa com pessoal, que é de 56% da receita corrente líquida do Município.
- (C) o Poder Executivo está abaixo do limite da despesa com pessoal, que é de 58% da receita corrente líquida do Município.
- (D) o Poder Executivo está abaixo do limite da despesa com pessoal, que é de 60% da receita corrente líquida do Município.
- (E) o Poder Executivo está abaixo do limite da despesa com pessoal, que é de 60% da receita tributária do Município.

QUESTÃO 28

Considerando o regime jurídico fiscal vigente para o último exercício do mandato de chefe de Poder, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, é CORRETO afirmar:

(A) ser válido o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão desde que relativo ao serviço público de natureza permanente.

(B) ser nulo o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão.

(C) é válida a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando as parcelas a serem implementadas que resultem em aumento da despesa com pessoal se restrinjam ao período posterior ao final do mandato do titular do Poder ou órgão.

(D) é nulo o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal após o primeiro quadrimestre do exercício ao final do mandato do titular de Poder ou órgão.

(E) é nulo o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão, ainda que não se trate de mandato eletivo.

QUESTÃO 29

Na verificação do atendimento aos limites de despesas com pessoal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, é CORRETO afirmar:

(A) serão computadas as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.

(B) não serão computadas as despesas decorrentes de sentença judicial, ainda que da competência do período de apuração.

(C) não serão computadas as vantagens pecuniárias de natureza indenizatória.

(D) serão computadas as despesas com inativos e pensionistas quando custeadas com transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência.

(E) não serão computadas as despesas relativas à indenização por demissão de servidores ou empregados.

QUESTÃO 30

Nos termos da Lei Federal n.º 4.320/1964, considere a seguinte assertiva: “As transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas qualificadas como empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril”.

À luz do regime jurídico instituído por referido diploma normativo, assinale a alternativa CORRETA:

(A) trata-se, especificamente, de transferência voluntária para pessoa jurídica.

(B) trata-se, especificamente, de despesa de custeio.

(C) trata-se, especificamente, de subvenção social.

(D) trata-se, especificamente, de subvenção econômica.

(E) trata-se, especificamente, de transferência de capital.

QUESTÃO 31

Acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), considere as seguintes assertivas:

I - A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, considerando o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

II – O imposto não poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

III – O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

IV – O imposto não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades religiosas, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, sejam apenas locatárias do bem imóvel.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- (A) A compensação.
- (B) A transação.
- (C) A remissão.
- (D) O depósito do seu montante integral.
- (E) A conversão do depósito em renda.

QUESTÃO 33

Acerca da responsabilidade tributária, é CORRETO o que se afirma em:

(A) O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data de homologação da partilha.

(B) A responsabilidade por infração é excluída pela denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração, considerando-se espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

(C) É inconstitucional lei estadual que disciplina a responsabilidade de terceiros por infrações de forma diversa da matriz geral estabelecida pelo Código Tributário Nacional.

(D) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

(E) No caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, o administrador de bens de terceiros responde de forma subsidiária pelos tributos devidos por estes, nos atos em que intervier ou pelas omissões de que for responsável.

QUESTÃO 34

Com relação à repartição das receitas tributárias, considere as seguintes assertivas:

I – Pertence aos municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural quando optarem por fazer a fiscalização e cobrança.

II – Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

III – Pertence aos municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.

IV – Pertence aos municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 35

Considerando as súmulas e jurisprudências do Supremo Tribunal Federal relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), indique a alternativa CORRETA:

(A) É constitucional a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais, devidamente previstos em legislação tributária municipal.

(B) Os serviços prestados pelas operadoras de plano de saúde não se sujeitam ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

(C) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre operações de locação de bens móveis.

(D) É inconstitucional a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a franquia postal.

(E) É inconstitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

QUESTÃO 36

A respeito das execuções fiscais, regidas pela Lei nº 6.830/80, é CORRETO o que se afirma em:

(A) A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, devendo esta última ser apresentada separadamente, não podendo constituir um único documento.

(B) O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

(C) A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independe de preparo ou de prévio depósito.

(D) A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial.

(E) A citação do executado será feita preferencialmente por Oficial de Justiça.

QUESTÃO 37

A respeito do negócio jurídico, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- (B) Nas declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (C) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
- (D) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, ainda que seja estipulada a necessidade de declaração de vontade expressa.
- (E) A manifestação de vontade não subsiste se o autor fizer a reserva mental de não querer o que manifestou, mesmo se dela o destinatário não tiver conhecimento.

QUESTÃO 38

Sobre o inadimplemento das obrigações, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, a mora do devedor se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
- (B) O credor não poderá enjeitar a prestação, ainda que se torne inútil, devido à mora.
- (C) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, mesmo se houver por eles responsabilizado.
- (D) Nos contratos onerosos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça. Nos contratos benéficos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
- (E) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

QUESTÃO 39

Em relação às teorias sobre o dano moral, dano estético, dano coletivo e dano social, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) A indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais depende de prova do prejuízo.
- (B) É lícita a cumulação das indenizações por dano estético e dano moral, ainda que derivadas de um mesmo fato e que não sejam passíveis de identificação em separado.
- (C) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral, independentemente da comprovação de ofensa a sua honra objetiva.
- (D) O direito à indenização por danos morais não se transmite com o falecimento do titular.
- (E) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.

QUESTÃO 40

Pode-se afirmar a respeito do PROCESSO e do PROCEDIMENTO, respectivamente:

- O primeiro é o mecanismo pelo qual se desenvolvem os processos diante da jurisdição e o segundo é o instrumento através do qual a jurisdição atua.
- (B) O primeiro é matéria de competência concorrente e o segundo é matéria de competência exclusiva.
- (C) O primeiro tem caráter formal e o segundo caráter substancial.
- (D) O primeiro é o instrumento através do qual a jurisdição atua e o segundo é o mecanismo pelo qual se desenvolvem os processos diante da jurisdição.
- (E) O primeiro diz respeito ao rito e o segundo tem caráter finalístico ou teleológico.

QUESTÃO 41

João, estudante de 14 anos de idade, sem contar para ninguém, publicou em uma rede social fotos de Maria, sua colega de escola, da mesma idade, e realizou várias ofensas a ela, o que foi visto por diversas pessoas.

Maria, ao ficar sabendo da publicação, não respondeu aos insultos, mas ajuizou ação em face de João e de seus pais, pleiteando a indenização pelos danos sofridos de forma injusta.

Diante da situação narrada, é CORRETO o que se afirma em:

(A) Os pais de João não poderão ser responsabilizados pelo ato praticado pelo filho, pois não sabiam que ele iria realizar a publicação na rede social, não possuindo, portanto, culpa pelo ocorrido, requisito para a configuração do dever de indenizar.

(B) João, por ser civilmente incapaz, não responderá pelos prejuízos que causou, ainda que tenha patrimônio próprio e seus pais não dispunham de meios suficientes à reparação dos danos.

(C) Se os pais de João forem condenados e realizarem o pagamento de indenização à Maria, poderão reaver do filho o que foi pago.

(D) A responsabilidade dos pais de João pelos danos causados pelo filho é objetiva, não podendo os genitores reaverem do seu descendente a indenização paga.

(E) Considerando que Maria também é menor de idade, a indenização será devida ainda que possa privar João do necessário ou as pessoas que dele dependam.

QUESTÃO 42

Com relação à PRECLUSÃO pode-se afirmar:

Não se refere à inércia na prática dos ônus processuais.

(B) É a perda do direito de ação e não da faculdade de praticar ato processual.

(C) São tipos: temporal, consumativa e lógica.

(D) Não é um fenômeno exclusivamente processual.

(E) Só ocorre para a parte, nunca para o juiz da causa.

QUESTÃO 43

A respeito das QUESTÕES PRELIMINARES é correto dizer:

(A) Quando acatadas sempre ocasionam a extinção do processo.

(B) Devem ser formuladas em peças em apartado da contestação.

(C) A incompetência, seja relativa ou absoluta, é matéria de ordem pública.

(D) Impedimento e suspeição são preliminares que devem ser alegadas na mesma peça da contestação.

(E) Incorreção do valor da causa, indevida concessão do benefício de gratuidade e convenção de arbitragem são exemplos e devem ser alegadas antes da discussão do mérito.

QUESTÃO 44

Quantos às PROVAS é correto dizer:

- (A) Não dependem de prova os fatos notórios, confessados e incontroversos.
- (B) Estão elencadas no Código de Processo Civil, não se admitindo exceções ou inovações.
- (C) Sob pena de cerceamento de defesa, cabe ao juiz deferir todas as provas pleiteadas pelas partes.
- (D) A ata notarial é espécie de prova lavrada pelo escrivão da vara judicial.
- (E) Vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

QUESTÃO 45

Sobre a AÇÃO RESCISÓRIA assinale a alternativa correta:

- (A) Não há previsão, vez que decisões de mérito transitadas em julgado não podem ser rescindidas.
- (B) Está prevista somente para as hipóteses contidas expressamente na lei, em rol taxativo.
- (C) O terceiro juridicamente interessado não tem legitimidade para propor ação rescisória.
- (D) É vedado cumular pedido de novo julgamento na rescisória, impondo-se a devolução da lide ao juízo de origem, para nova decisão.
- (E) O direito à rescisão se extingue em 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida em juízo.

QUESTÃO 46

Quando tratamos de DIREITOS DIFUSOS, indique a opção INCORRETA:

- (A) Possui sujeito ativo indeterminado ou detentores do direito subjetivo indeterminados e indetermináveis.
- (B) Se trata de uma espécie de direito que, apesar de atingir alguém em particular, merece especial guarida porque atinge simultaneamente a todos.
- (C) Eventual direito individual de pessoa atingida concretamente por um direito difuso já protegido a impede de pleitear seus direitos autonomamente.
- (D) Não é preciso que se encontre um caso concreto violado para que se proteja um direito tido como difuso.
- (E) Todos os fornecedores definidos no art. 3º do Código de Defesa do Consumidor são obrigados a respeitar os direitos difusos, sendo, portanto, sujeitos passivos da tutela desses interesses.

QUESTÃO 47

São exemplos de medidas protetivas elencadas pela Lei Maria da Penha:

- (A) Restrição do porte de armas e afastamento do lar.
- (B) Sujeição a acompanhamento profissional visando à aproximação entre o acusado e a ofendida, seus familiares e testemunhas.
- (C) Garantia de visitas do agressor aos dependentes menores.
- (D) Comparecimento da ofendida e do agressor em programas de reeducação.
- (E) Concessão de auxílio-aluguel ao agressor, se carente financeiramente.

QUESTÃO 48

São considerados Direitos Fundamentais pelo Estatuto da IGUALDADE RACIAL, EXCETO:

- (A) Direito à Saúde.
- (B) Direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
- (C) Direito à Liberdade de Consciência e de Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos.
- (D) Do Acesso à Terra e à Moradia Adequada.
- (E) Do Acesso a Sistemas Judiciais especiais.

QUESTÃO 49

Ao se dispor, no art. 1º do Código Penal, que “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”, está se tratando dos princípios:

- (A) Do devido processo legal e da adequação.
- (B) Da supremacia penal e da instrumentalidade restrita.
- (C) Da reserva legal e da anterioridade da lei.
- (D) Da previsão e da imputabilidade.
- (E) Do tempo e da forma processual.

QUESTÃO 50

São causas de EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, EXCETO:

- (A) Pela anistia, graça ou indulto.
- (B) Pelo casamento do agente com a vítima nos crimes contra os costumes.
- (C) Pela prescrição, decadência ou preempção.
- (D) Pela retratação do agente, nos casos que a lei admite.
- (E) Pela morte do agente.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

- ENUNCIADO DO PARECER:

O Município de Beta promove Ação Civil Pública em face da instituição financeira Alfa S/A, pessoa jurídica esta responsável pela gestão das contas bancárias dos servidores municipais, que tramita sob a competência da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta.

A Ação Civil Pública foi proposta pelo Município de Beta em defesa dos interesses dos servidores municipais e, conseqüentemente, de todos os demais consumidores correntistas da instituição financeira Alfa S/A, os quais tiveram violado seu direito em razão da realização de descontos não autorizados e não previstos contratualmente, relativos à tarifa bancária de renovação de cadastro de incidência anual, tendo sido alegado na petição inicial, em síntese, a ocorrência de abusividade na execução do contrato de conta corrente e de práticas que impliquem no fornecimento de serviços ao consumidor sem solicitação prévia ou que institua tarifa sem o fornecimento do serviço correspondente, com requerimento do Município pela concessão de tutela provisória de urgência, pelo MM. Magistrado, visando à abstenção de tal conduta por parte de Alfa S/A.

Ao receber a Ação Civil Pública, o Exmo. Magistrado determinou a intimação do Ministério Público para manifestação, em razão de sua obrigatória atuação como fiscal da Lei. O *Parquet*, por sua vez, manifestou-se no sentido de prosseguir na ação também como parte autora.

Após a manifestação do Ministério Público, em uma análise preliminar do caso, o MM. Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta decidiu que esta matéria já estaria pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça em sentido diverso ao pretendido pelo polo autor, tendo deliberado, então, pelo indeferimento da tutela provisória de urgência. Não obstante, continuou a decisão, a Ação Civil Pública deveria prosseguir para instrução tendo apenas o Ministério Público como parte Autora, declarando, deste modo, a ilegitimidade ativa do Município de Beta, por ausência de representatividade adequada e de pertinência temática do Município na defesa de interesses individuais de consumidores.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município de Beta, tendo este sido intimado da decisão supracitada em 02 de novembro de 2023 (quinta-feira), adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a reforma da decisão do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta e a prevalência da pretensão do Município.

Date a peça prático-processual com o último dia do prazo processual incidente, desconsiderando, em seu cômputo, quaisquer feriados ou suspensões de expediente.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	

95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

